



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

REBATIMENTOS DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR ASSALARIADO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.

LUANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS FRANCESCHI¹

RESUMO

Este artigo visa realizar breves análises do trabalho do Assistente Social na sociedade capitalista e os rebatimentos do trabalho assalariado no exercício profissional. Para contribuir com o debate, serão utilizados alguns dados do documento desenvolvido pelo CFESS em 2022 e em 2024 sobre: “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional” (2022) e “Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil” (2024) que tratam sobre o espaço socioocupacional do Assistente Social. O Assistente Social é um trabalhador assalariado que faz parte de um universo de diferentes especializações do trabalho, presente na sociedade capitalista, que permitem a reprodução do capital. E como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, sofre todos os rebatimentos presentes nesta sociedade.

Palavras-chave: Assistente Social, trabalho assalariado e exercício profissional.

ABSTRACT

This article aims to analyze the work of Social Workers in capitalist society and their implications as a salaried worker in professional practice. To contribute to the debate, some data will be used from the document developed by CFESS in 2022 and 2024 on: “Profile of Social Workers in Brazil: Training, Working Conditions and Professional Practice” (2022) and “Training, Work and Sociopolitical Participation: complementary data to the Profile of Social Workers in Brazil” (2024) that deals with the socio-occupational space of Social Workers. The Social Worker is a salaried worker who is part of a universe of different work specializations, present in capitalist society, which allow the reproduction of capital. And as a salaried worker who

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

sells his labor power and suffers all the consequences present in this society.

Keywords: Social Worker, salaried work and professional practice.

O Assistente Social e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo monopolista.

O Assistente Social é um trabalhador assalariado que, assim como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho para sobreviver. Sua força de trabalho representa uma mercadoria como outra qualquer, trocada pelo equivalente universal da sociedade capitalista, representada pelo dinheiro. Sendo assim, participa na relação de mercado, de compra e venda de mercadorias.

Segundo Iamamoto (1996), o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho, peculiar à sociedade industrial. Sendo assim, participa da reprodução das relações sociais, ou seja, faz parte de um universo de diferentes especializações do trabalho, presente na sociedade capitalista, que permitem a reprodução do capital. As relações sociais são entendidas na totalidade da vida cotidiana e não só restrita à reprodução do capital, no sentido de produção.

A abordagem do exercício profissional como trabalho permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais componentes de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou “matéria-prima” sobre qual incide a ação transformadora do trabalho; os meios de trabalho- instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto- e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Implica, ainda, atribuir visibilidade ao produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. Focar a ação profissional, nesta perspectiva, exige considerar as particularidades condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do Assistente Social se realiza, aí envolvendo; serviços prestados, os recursos materiais, a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo. (CARDOSO,1996, p.18)

Compreender a emergência do serviço social requer entender o conjunto de condições sociais, políticas e econômicas que criaram a necessidade e possibilitaram a profissionalização deste trabalhador especializado para intervir na realidade social.

Para Netto (2006), a profissão surge na fase do capitalismo monopolista. O autor expõe que a fase do capitalismo monopolista recoloca em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços de exploração, alienação e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

transitoriedade histórica. Potência as contradições da sociedade capitalista e visa principal o acréscimo dos lucros capitalistas.

O processo pelo qual a ordem instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do serviço social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais.(NETTO,2006, p. 74)

O Estado, no estágio monopolista, ganha uma nova configuração como um organizador da economia e administrador das crises do capital, e passa a atuar em setores mais estratégicos. É um Estado funcional ao sistema capitalista, que transfere recursos públicos para o capital, atua para contribuir para a valorização do capital, principalmente no controle da força de trabalho.

No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo- ou ainda, á combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas aqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de valorização óbices à valorização do capital no marco do monopólio.(NETTO, 2006, p. 26)

Diante desta nova configuração do capitalismo, há um aprofundamento das desigualdades e da pobreza e das formas de exploração. É nestas condições que a questão social passa a ser objeto do Estado e alvo das políticas sociais. Não se trata de um processo linear e sem disputas, é fruto do processo histórico e surge no bojo das lutas de classes (na busca da classe trabalhadora por melhores condições de vida) e também no interesse do Estado em controlar a classe trabalhadora.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrara as expressões da “questão social” para atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.(NETTO,2006,p.30)

A questão social se apresenta como a base de fundamentação da profissão, é ela a matéria-prima da profissão. Através das complexas relações de trabalho e do capital se estruturar, surgem novos problemas sociais, a questão social se apresenta nas mais variadas expressões. A pobreza passa a ser socialmente produzida, o pauperismo, gerando grandes conflitos entre as classes. Tem-se a necessidade de intervir nesta situação.

Para compreender a profissionalização do Serviço Social, parte-se da análise histórica da sociedade e a necessidade do surgimento da profissão no estágio do capitalismo monopolista. É um processo que transfigura as formas de atuação Estatal e fazem surgir novas demandas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aumentam-se as expressões da questão social, e a política social passa a ser um instrumento de atuação nestas contradições. Neste contexto é necessário um profissional qualificado e preparado que atue nas contradições impostas pelo capital. O Assistente Social é um profissional que surge para atender essa demanda, uma demanda do Estado.

lamamoto (1996) vai dizer que as relações sociais explicam o Estado, isso significa dizer, a forma de atuação do Estado vai ser compatível com cada contexto histórico vivido e seus interesses sociais.

Netto (2006) crítica a visão que defende que o serviço social é uma continuidade da filantropia. Segundo o autor, a relação de continuidade não é única e exclusiva e ela coexiste como uma relação de ruptura, que, sim, se instaura como decisiva para a institucionalização do Serviço Social. Essa ruptura se dá com a profissionalização dos Assistentes Sociais e sua intitulação como trabalhador assalariado. Além disso, a prática profissional do Assistente Social nada tem a ver com ações de cunho assistencialista e voluntárias.

Um argumento que ajuda a fortalecer essa tese de que não há um aprimoramento e continuidade das formas de ajuda é pensar que o Serviço Social não se institucionaliza pelo clamor da população atendida, pelo contrário é demanda por parte do Estado, diante das transformações societárias. E também não por uma vontade humanitária das pessoas que desenvolviam a caridade, de tornar uma profissão. Há um distanciamento entre trabalho voluntário e institucionalização da profissão.

O serviço social não é uma profissão que se inscreve, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor (lamamoto, 1996). No entanto, isso não significa dizer que ele não participe do processo de reprodução social no seu sentido amplo. Ao atuar com as demandas dos trabalhadores, os Assistentes Sociais ocupam um lugar importante no processo de funcionamento da força de trabalho, ao atuar nas políticas sociais, sendo assim, produzem melhores condições de produção.

Assistente social e o estatuto de assalariado: rebatimentos na sua atuação profissional.

O Assistente Social é reconhecido como um profissional liberal, no entanto, historicamente não foi construído como um profissional autônomo. Não possui sob seus domínios os instrumentos de trabalho e meios de realizar. Desde seu surgimento como profissão, tem sua trajetória construída pela demanda do Estado para atender seus interesses.

Para compreender sobre o Serviço Social é importante compreender sobre seus sujeitos profissionais e em 2022 o CFESS lançou o estudo sobre, “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional” e em 2024 criou o relatório complementar “Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil”, esses dados, serão utilizados para pensar as condições de trabalhador assalariado e o exercício profissional do assistente social no Brasil.

A publicação de 2022 contou com a entrevista de 44.212 Assistentes Sociais por todo o país e a publicação de 2024 foi respondida por 9.442 profissionais. Ainda que não esteja presente a totalidade dos profissionais (segundo o CFESS atualmente o Brasil tem hoje aproximadamente 242 mil profissionais) representa um número expressivo de trabalhadores e possuem dados importantes para se pensar o trabalho profissional e as condições de trabalho na atualidade.

O relatório de 2024 do CFESS sobre “Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil” apresentou que, o setor público municipal tem a maioria dos vínculos de empregos (54,75%) e o estadual (13,92%), ou seja, o Estado ainda hoje se constitui o maior empregador dos Assistentes Sociais, porém, não é o único, existe uma demanda por profissionais em empresas, institucionais filantrópicas etc. A pesquisa aponta que as organizações não governamentais sem fins lucrativos respondam por 9,77% dos empregos, à frente do setor público federal (8,69%), pouco à frente das empresas privadas (6,94%).

Essas diversidades nas relações de trabalho muitas das vezes instauram um conflito muito grande entre a condição de trabalhador assalariado e o projeto ético político do Serviço Social. O Assistente Social como trabalhador, que assim como qualquer outro necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, faz parte da lógica do mercado, tendo que se submeter a relações de compra e venda de mercadoria.

O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um “trabalho complexo”, nos termos de Marx (1985). Essa mercadoria força de trabalho é uma potência, que só se transforma em atividade – em trabalho – quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais. (Iamamoto, 2007, p.13).

Na sociedade capitalista, todas as relações sociais estão mediadas pelas relações entre mercadorias. Portanto, necessariamente, o trabalhador precisa se submeter a esta lógica, concordando ou não com o projeto societário vigente. Além disso, o profissional sofre com os rebatimentos do mercado de trabalho, com a precarização, flexibilização e rebaixamento dos salários.

Segundo os dados do estudo do CFESS(2022) 24,52% dos rendimentos salariais dos Assistentes Sociais situam na faixa de 2 a 3 mil reais, correspondendo a 10.840; seguida dos 7.979 (18,05%) que auferem rendimentos irrisórios de 1 a 2 mil reais; apenas 5.394 (12,20%) recebem entre 3 a 4 mil reais e 3.815 (8,63%) recebem entre 4 a 5 mil reais. Salários acima de 5 mil reais são a realidade de apenas 16,14% e os que auferem mais de 10 mil reais contabilizam inexpressivos 2%. E acima de 15 mil reais encontramos apenas 194 assistentes sociais (0,44%). Considerando-se o intervalo de 1 a 4 mil reais, têm-se quase 55% de assistentes sociais. A ausência de um piso salário colabora com essas diferenças salariais e contribui para uma desigualdade dentro da categoria.

Além disso, é possível observar, a partir do relatório de 2024, que a área de ocupação também contribui nesse processo de desigualdade salarial, já que algumas áreas profissionais são mais bem remuneradas e valorizadas do que outras. Foi possível verificar que mais de 50% dos entrevistados atuavam na política de Assistência Social (política social com maior desvalorização salarial) e que a faixa salarial desta área era entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (31,16%) e entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (32,21%). Atualmente, o salário mínimo perfaz ao valor de R\$ 1.412,00, ou seja, a maioria dos profissionais entrevistados recebe próximo a este valor. Já na área da saúde, os salários são um pouco mais altos - entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00 (31,13%) e entre R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00 (20,01%), totalizando mais de 50% na saúde. O destaque nas remunerações mais elevadas fica para a área sociojurídica, sendo quase 50% para as remunerações mais elevadas - entre R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00 (21,28%) e entre R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00 (23,40%). Dentre as remunerações mais baixas, destacam-se os 9,94% de docentes que recebem até R\$ 1.000,00; dos que recebem de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00, atuantes na cultura (33,33%), nos direitos humanos (25,76%) e na política agrária (22,22%).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É importante perceber que a precarização do trabalho nos moldes capitalistas atinge a categoria na totalidade, no entanto, há também uma incidência de ataque aos direitos trabalhistas diferente a depender da área de atuação. O estudo indica que 76,50% indicaram ter realizado um curso de pós-graduação, ou seja, essa realidade no mundo do trabalho atinge também os trabalhadores mais especializados.

O assistente social dispõe de um projeto profissional, construído pela categoria profissional e pelas organizações CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO e outras organizações. Seu projeto profissional tem forte inclinação na garantia dos direitos da classe trabalhadora e na oposição dos projetos societários dominantes de caráter burguês.

No entanto, sua condição de trabalhador limita seu poder de atuação contra esta lógica e o atinge enquanto classe trabalhadora. Pois, o profissional se insere nos processos de trabalho, que estão subjugados a condições hierárquicas e que demandam uma resposta ao empregador, respostas essas que na maioria das vezes vão fortalecer o sistema dominante.

O trabalho profissional envolve diferentes momentos e dimensões de aproximação, apreensão e enfrentamento da questão social a partir da mobilização de recursos técnico-instrumentais próprios ou não que favoreçam uma leitura teórica e política da realidade social, o planejamento e gestão (envolvendo atividades de monitoramento e a avaliação) do trabalho profissional, a execução das atividades previamente idealizadas por meio de ações socioassistenciais, as ações político-organizativas e a sistematização das atividades realizadas. Embora essas dimensões sejam constitutivas do trabalho do assistente social, a sua materialização não depende exclusivamente da vontade profissional, visto que são determinadas pelas condições em que estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as bases de expansão e retração do processo de assalariamento e de organização do trabalho coletivo, típicas da sociedade capitalista. (Almeida e Alencar, 2011, p.144)

A profissão do Assistente Social é uma profissão de caráter contraditório na sua essência, ao mesmo tempo, em que responde às demandas do empregador, atende à classe trabalhadora.

Como profissional assalariado, sofre todos os rebatimentos no mundo do trabalho, tem seu trabalho impactado pelas mudanças societárias, pelas transformações no mundo do trabalho, na forma de organização, etc. Estar inserido na realidade e faz parte dela.

Ao se inserir no mercado de trabalho, os assistentes sociais se subordinam a dois fatores de natureza coercitiva do trabalho: o assalariamento e a burocratização (Almeida, 1996). Embora seja um profissional que tem um aparato legal e dispõe de uma certa autonomia, sua condição de assalariado limita essa autonomia, pois o profissional não possui os meios de produção do seu trabalho e necessita vender sua força para sobreviver.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A reestruturação produtiva traz impactos ao Assistente Social de maneira dupla, como trabalhador assalariado que tem seu trabalho afetado pelas modificações no mundo do trabalho e como profissional técnico que atua diretamente com os trabalhadores, com as políticas públicas, tendo como objeto de trabalho a questão social que tem suas expressões ampliadas afetando a vida de todos os trabalhadores, usuários atendidos pelos assistentes sociais.

Os Assistentes Sociais tem seu trabalho precarizado, principalmente com as novas introduções tecnológicas que burocratizam cada vez mais o trabalho profissional e dão um caráter de produtividade, com preenchimento de fichas, relatórios e dados para alimentação do sistema, requisitando do profissional diversas funções, que em muitas das vezes fogem das competências e atribuições profissionais estabelecidos na sua lei de regulamentação e com salários cada vez mais baixos.

É importante ressaltar que a tecnologia é um importante instrumento de trabalho, o que se coloca aqui como crítica, é que o seu uso tem sido um mecanismo responsável por um excesso de burocratização profissional para atendimento das requisições dos empregados, e o trabalho técnico crítico, com caráter socioeducativo, acaba perdendo um pouco do seu espaço.

As próprias requisições profissionais se modificam e transformam na sociedade, criando novas demandas profissionais, a inserção do assistente social em empresas, ONGs, são exemplos de novas demandas e espaços institucionais criados para os profissionais com o desenvolvimento da sociedade capitalista. O trabalho profissional é demandado por outras instituições por possuir um valor útil a elas.

Aumentam-se os postos de trabalho terceirizados e por tempo determinado, impactando ainda mais no trabalho do Assistente Social. Perde-se muitas das vezes o caráter de continuidade do trabalho, fragmentando as funções.

O documento (2022) do CEFESS identificou sobre a situação ocupacional que, 31.637 Assistentes Sociais, ou seja, 71,56% dos profissionais, possuem 1 vínculo contratual; 10,08% (4.457) possuem 2 vínculos; e 3 e 4 vínculos apareceram com números inexpressivos de 0,46% (204) e 0,17% (76). Desses profissionais 40,30% (17.816) são concursados e, se somado à seleção pública simplificada 10,91% (4.822) e ao edital público 1,74% (771) teremos um total de 52,7% de profissionais que participaram da pesquisa que ingressaram em seus empregos por meio de modalidades públicas de acesso no principal vínculo contratual. Ou seja,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aproximadamente 40 por cento desses profissionais possuem vínculo de trabalho estável, isso impacta diretamente nas condições de trabalho exercido e na qualidade do trabalho prestado, pois esses vínculos geram instabilidades, a rotatividade e fragmentação.

O trabalho do Assistente Social tem uma vasta possibilidade de inserção profissional, são profissionais em espaços públicos e privados, com diferentes atuações, em diferentes tipos de serviços (Assistência Social, saúde, previdência social, RH, saúde do trabalhador, projetos sociais, etc.). “O trabalho do Assistente Social integra processos de trabalho coletivos em unidades públicas e privadas que implementam, gerenciam, articulam, controlam e acionam os serviços sociais em consonância com as políticas públicas (Almeida e Alencar, 2011).

O estudo (2024) do CEFESS identificou que a maior concentração de Assistentes Sociais ainda é em nas políticas públicas de assistência social, saúde, educação, sociojurídico e previdência social quase metade (49,79%) trabalha na política de assistência social, o que sugere que as condições e relações de trabalho apontadas nessa pesquisa são determinadas fortemente por esse espaço de atuação. A política de saúde, tradicional campo de atuação, correspondeu a 22,75% das respostas. A educação e a área sociojurídica respondem em proporções bastante similares, respectivamente com 6,95% e 6,01%. A previdência social, o mais antigo e um dos primeiros espaços de intervenção profissional pública, participou com apenas 1,87% das respostas. Juntos, esses cinco espaços incorporam 85,5% das profissionais que participaram da pesquisa. As demais áreas são responsáveis por 14,5% das respostas.

Há uma mudança no perfil profissional, se antes a maior concentração era na saúde, após a aprovação da LOAS (1993) a Assistência Social passa a ter uma concentração maior desses profissionais.

(...)o trabalho dos assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam, de fato. A inserção do Serviço Social nos diversos processos de trabalho, encontra-se profunda e particularmente enraizada na forma como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social e a partir desse processo como organizam seus objetivos institucionais que se voltam a intervenção sobre essas necessidades (ABEPSS, 1996:36).(COSTA,2000,p.3)

O profissional possui um arcabouço de legislações que garantem certa autonomia (Código de ética, lei de regulamentação, projeto ético político), mas isso não é suficiente para afirmar o Assistente Social como um profissional liberal. O que o Assistente Social dispõe é de uma relativa autonomia amparada pelas legislações, no entanto, por estar inserido na lógica do mercado e por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ser um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, cumpre requisições do seu empregador.

O profissional não possui as condições necessárias para exercer sua autonomia de maneira plena, pois é demandado de um empregador que exige respostas a seus interesses que muitas das vezes são contrárias aos interesses do profissional.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito. (Iamamoto, 2007, p.9)

No entanto, é importante destacar que as legislações, código de ética, lei de regulamentação da profissão, entre outros, dão suporte para o profissional se respaldar e exercer sua relativa autonomia em seu favor. Conhecer o seu fazer profissional e seu arcabouço teórico, ético-político tem sido historicamente um importante elemento de luta dos profissionais por melhores condições de vida e trabalho.

Conclusão

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a condição de trabalhador assalariado submete os profissionais à lógica de mercado e aos interesses do capital, gerando uma tensão em relação ao projeto ético político e ao estatuto assalariado. Pois os profissionais, ao mesmo tempo, em que são um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, estão subordinados ao poder dos empregadores e a ações que são externas a ele e à sua vontade.

As condições precárias de trabalho também são vivenciadas pelos Assistentes Sociais como podemos analisar nos dados apresentados e esses profissionais são duplamente impactados, primeiro por trabalhar atendendo os interesses da classe trabalhadora nesse cenário de contradição capitalista e segundo por também ser classe trabalhadora e sofrer todos os impactos.

No entanto, esse processo não é neutro e é feito por lutas e disputas e os profissionais dispõem de mecanismos que os ajudam a caminhar neste processo de maneira a fortalecer seu projeto profissional. O aprofundamento e a busca contínua de qualificação, fortalecimento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

bandeiras de lutas, o uso das legislações profissionais são elementos importantes nesse processo.

Se coloca como um desafio profissional atuar no fortalecimento do projeto ético político profissional e por melhores condições de vida e de trabalho, isso requer dos Assistentes Sociais uma postura cada vez mais crítica e comprometida com a classe trabalhadora e pela luta por uma construção de uma nova ordem societária, principalmente na atual conjuntura de perdas e ataques aos direitos e aprofundamento das expressões da questão social.

Referências

ALMEIDA, Ney L. T. de & ALENCAR, Mônica Maria T. de. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011. (Cap. 3).

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Serviço e Sociedade. n. 52 São Paulo, Cortez, ano XVII, p. 24-47, dez. 1996.

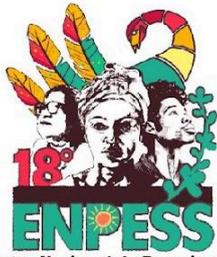
BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. pp 213-316.

CARDOSO, I. Processo de trabalho do Serviço Social In: ABESS/CEDEPSS “Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate”. Cadernos ABESS no 7, pp. 27-46.

CARDOSO, I. e FRANCISCO, E. M. Considerações ao debate da teoria do processo de trabalho. (Syn)thesis. Rio de Janeiro: UERJ, V. II. N. 2, 1998, p.11-22.

COSTA, D. H. C. “O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais”. Serviço Social e Sociedade. n. 62. São Paulo, Cortez, mar. 2000, pp. 35-72.

_____ “Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços”. In: MOTA, A. E. (Org.). A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 1998, p. 97-114.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GRANEMANN, S. "Processos de trabalho e Serviço Social". In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEAD, 1999, p. 153-166

GUERRA, I. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço Social. Serviço Social e Sociedade. n. 62. São Paulo: Cortez, 2000, p. 5-34

IMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11 ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996. pp 29-126.

_____, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999, p. 17-148.

_____, M. V. Serviço Social em tempo do capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007 cap. IV.

_____, M. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp.341-376.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo:Boitempo, 2013. pp 41-126 e pp 159-201.

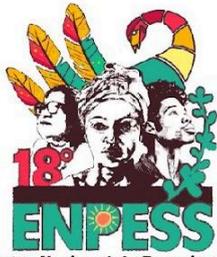
MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do proceso de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1969.

_____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: MartinsFontes, 2003. pp225-246.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. V. 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Capítulo V.

MOTA, A. E e AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006. pp 19-81.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo:OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p.141-160

RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Polis, 1987.